

Ajuda Memória - Acompanhamento Progestão nº 32/2016/COAPP/SAS

Documento nº 00000.073893/2016-88

Em 20 de dezembro de 2016.

Assunto: Oficinas de acompanhamento do Progestão no Espírito Santo no ano de 2016.
Nº do Processo Progestão: 02501.000612/2014-91
Evento: <input checked="" type="checkbox"/> 4ª e 5ª Oficinas de acompanhamento <input type="checkbox"/> Reunião <input type="checkbox"/> Videoconferência
Local: Sede da AGERH. Cidade: Vitória/ES
Datas: 27/06/2016 e 24/11/2016
Instituições participantes: AGERH; SAS/ANA.

1. Tendo em vista o acompanhamento do cumprimento de metas do Progestão no estado do Espírito Santo foram realizadas duas oficinas na sede da AGERH em Vitória/ES, em 27/06 e 24/11/2016, com a participação de técnicos da ANA e da Agência Estadual. Cumpre esclarecer que o ano de 2016 corresponde ao quarto período do Programa e, portanto, em dezembro de 2017 ocorrerá o encerramento do Progestão no estado.
2. Há que ressaltar a baixa execução orçamentária do total de recursos já transferidos pelo Programa. É de fundamental relevância a definição de prioridades para a aplicação do montante repassado, uma vez que o percentual de desembolso se constitui em critério para a renovação dos contratos previstos para o próximo ano.
3. Segue o relato de cada uma das oficinas com os respectivos encaminhamentos ou providências considerados pertinentes.

Relato da 4ª Oficina de 27/06/2016

4. O início da reunião contou com uma breve contextualização do Progestão, pontuando-se questões relacionadas ao histórico de adesão e participação do estado do Espírito Santo. Foi destacado que o processo de certificação para o 4º período permanece em andamento e que há uma expectativa de que o desempenho do Estado melhore em relação às certificações precedentes.
5. A metodologia adotada na reunião consistiu na atualização das informações e na análise crítica das 5 metas de cooperação federativa e das 32 variáveis estaduais do Quadro de Metas, por meio da apresentação das respectivas planilhas por representantes da ANA. Ao longo da apresentação, representantes da AGERH contribuíam e informavam os detalhamentos e a atualização das ações pertinentes a cada uma das variáveis analisadas.
6. Foi tratada na Oficina a questão relativa à retificação da autoavaliação da variável 3.1, anteriormente aprovada pelo CERH-ES no nível 3, para o nível de exigência 4. A AGERH alegou equívoco na avaliação anterior. Considerado procedente o pleito, a AGERH foi orientada a apresentar um novo Formulário de Autoavaliação devidamente aprovado pelo CERH-ES, no qual retificaria a informação. Segundo informado, o CERH-ES se reuniria ao final de agosto, sendo possível o encaminhamento da retificação pela presidência do Conselho, *ad referendum* da plenária.
7. Outro aspecto abordado foi a baixa execução orçamentária do contrato. Até então já haviam sido repassadas duas parcelas, sendo a primeira no valor de R\$ 750.000,00 e a segunda no valor de R\$ 714.600,00, perfazendo um total de R\$ 1.464.600,00. Segundo o Relatório Progestão 2015, foram relatadas despesas, até 31/12/2015, num montante de R\$ 224.025,89, que correspondem a apenas 15,16% do montante repassado. A pequena execução financeira dos recursos destinados pelo Progestão contrasta com um quadro de não atendimento de metas estaduais.

8. Uma Meta de Cooperação Federativa que apresentou baixa performance foi a I.4, referente à “Prevenção de eventos hidrológicos críticos”. Foram relatados gargalos relativos a pequenos gastos de implantação e deficiências de conhecimento relativos a manutenção corretiva. A ocorrência de eventos extremos de cheias e secas no estado e o desastre ambiental de Mariana expôs a necessidade de se intensificar o monitoramento no Estado. Na certificação de 2015 a SGH e SOE atribuíram à meta, notas de 50% e 60%, respectivamente.

9. Destacam-se dentre os principais desafios do Espírito Santo, além da meta de cooperação federativa I.4, já relatada, a variável 1.4 referente ao “Arcabouço legal”, com pendências em regulamentações sobre incentivo à pesquisa e inovação, cobrança de taxas e emolumentos, normatização de águas subterrâneas, cobrança pelo uso da água e diretrizes de fiscalização. Chama atenção a ausência de um Plano Estadual de Recursos Hídricos o que pode comprometer as próximas avaliações, ainda que já haja um processo de licitação para elaboração do mesmo em andamento.

10. Merecem menção ainda: a ausência de aparato institucional para apoio e prestação de serviços de secretaria executiva aos comitês de bacia do Estado, assunto pertinente à variável 1.7 Agência de Água; e a variável 3.4 Monitoramento da qualidade da água, uma vez que falta equipe técnica na AGERH para o monitoramento. São previstos 62 pontos e 4 campanhas anuais. Foi reforçada na Oficina a necessidade de se avançar com as tratativas para a celebração do contrato no âmbito do Programa de Estímulo à Divulgação de Dados de Qualidade de Água - Qualiágua.

11. Alguns aspectos positivos merecem menção, além do funcionamento do CERH-ES, que possui 6 Câmaras Técnicas e acompanha as ações do Progestão: avanços na legislação de cobrança; avanços no cadastramento de usuários com a redução dos passivos; e a sustentabilidade financeira, uma vez que o Estado conta com o Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fundágua), composto essencialmente por *royalties* do petróleo e por compensação financeira do setor hidroelétrico.

Principais encaminhamentos ou providências a serem tomadas

12. As planilhas de situação das metas de cooperação federativa e estaduais foram disponibilizadas à AGERH ao final da reunião.

13. A AGERH ficou encarregada de acompanhar o preenchimento e tramitação do novo Formulário de Autoavaliação pelo CERH-ES, por meio do qual este retificaria as informações relativas à variável 3.1 – Base Cartográfica

14. Serão envidados esforços para viabilizar ações no sentido de complementar a instalação da Sala de Situação e de operacionalizar estações de monitoramento em conjunto com a CPRM, além de normalizar as transmissões de dados e emissão de boletins.

15. Especial atenção deve ser dedicada à licitação para elaboração do Plano Estadual de Recursos Hídricos, um projeto estruturante do governo estadual. Uma equipe interna da AGERH, responsável pelo acompanhamento da elaboração do PERH e demais planos de bacia deverá ser estruturada.

16. Foi observado que questões de organização interna podem contribuir para minimizar desafios e melhorar o desempenho da entidade estadual. Dentre as possíveis ações, cita-se a complementação de quadro administrativo e técnico e a conclusão do processo de transferência de parte do quadro efetivo do IEMA para a AGERH.

Relato da 5ª Oficina de 24/11/2016

17. Como parte da metodologia usada pelo Progestão, o início da Oficina contou com uma breve contextualização do Programa e uma explanação acerca dos principais apontamentos efetuados por ocasião da Certificação do 3º período do Progestão e determinação do valor da 3ª parcela

18. Mais uma vez foi ressaltada a necessidade de ampliar a baixa execução orçamentária e desembolso dos recursos já repassados no âmbito do Progestão, tendo em vista que este pode ser um critério a ser estabelecido para habilitação a novas fases do programa.

19. Foi relatada pela equipe da AGERH a disposição de assinar ainda em 2016 o contrato do Programa de Estímulo à Divulgação de Dados de Qualidade de Água – Qualiágua e solicitada a verificação de eventuais pendências em sua tramitação na ANA, com o que concordamos.

20. Permanecia ainda sem contratação a elaboração do Plano Estadual de Recursos Hídricos, embora o processo licitatório se encontrasse em estágio avançado. Esta variável, muito provavelmente representará obstáculo para avaliação de desempenho da AGERH no âmbito da Certificação do 4º período do Progestão.

21. Em relação à Meta de Cooperação Federativa I.4, que obteve baixo desempenho no 3º período de avaliação, foi informado que 4 PCDs encontravam-se instaladas e sem problemas de transmissão e outras 6 encontravam-se aguardando instalação. A sala de situação já estava implantada e operando, sendo que a videoconferência ainda não estaria operacional por problemas com os setores de TI da administração estadual. A produção de boletins está normalizada neste ano de 2016, assim como a transmissão de dados. A expectativa é de que o desempenho neste 4º período seja superior ao do 3º período.

22. Foram relatadas pela equipe da AGERH dificuldades relativas ao atendimento da Meta de Cooperação Federativa I.5, que versa sobre atuação para segurança de barragens, sendo a principal delas a carência de pessoal dedicado a este tema, com pouca perspectiva para atendimento desta meta.

23. Os participantes da Oficina concordaram que permanecem gargalos organizacionais no âmbito do organismo gestor, relativos às Metas Estaduais 1.1 e 1.2, uma vez que não se concluiu a transferência de servidores do quadro efetivo do IEMA para a AGERH, ou foram resolvidos legalmente os conflitos e sobreposições de atribuições entre IEMA e AGERH. Permanece também a necessidade de maior estruturação organizacional da AGERH, especialmente com a complementação de quadro administrativo e técnico.

24. Em relação à Meta Estadual 4.3 Cobrança, pontua-se que há legislação de cobrança já publicada, mas ainda não implementada. Há necessidade de estruturar a AGERH para operacionalizar a cobrança. Estuda-se parceria com a FAPES e IJSN para discussão sobre o instrumento com os CBHs, estando prevista inicialmente a aprovação no âmbito dos CBHs da bacia do rio Doce, com previsão no CBH Guandu para o segundo semestre de 2017.

25. Registre-se aqui os avanços obtidos pela AGERH na Meta Estadual 2.5, relativa a planos de bacia. Cinco planos de bacia estão previstos para serem elaborados por meio de parceria AGERH-FAPES-SEAMA-IJSN, a partir de dezembro de 2016 (CBH-Itabapoana, CBH-Itapemirim, CBH Novo, CBH São Mateus e CBH Itaúnas), com recursos do FUNDÁGUA. O plano do CBH Litoral Centro Norte está previsto para ser custeado via condicionante de licenciamento ambiental. Todos os TdRs se encontram prontos. No próximo ano deverá ser contratada a revisão do Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Doce / PIRH-DOCE e PARHS.

Principais encaminhamentos ou providências a serem tomadas

26. Acelerar a tramitação do contrato do Programa de Estímulo à Divulgação de Dados de Qualidade de Água –Qualiágua de modo que possa ser firmado ainda em 2016.

27. Foi detectada a necessidade de alocar, com celeridade, recursos humanos responsáveis pelo atendimento da Meta Federativa I.5.

28. A compreensão de que o Plano Estadual de Recursos Hídricos seja um elemento fundamental para orientar a implementação da política de recursos hídricos no âmbito estadual nos remete à urgência de se concluir o processo licitatório e iniciar sua elaboração. Para uma boa execução deste contrato, faz-se premente a estruturação de equipe interna da AGERH para acompanhamento, não só da elaboração do PERH, como também dos demais planos de bacia em fase de contratação

Conclusões

29. Acredita-se que foi alcançado o objetivo de fazer o levantamento das ações consideradas necessárias para o cumprimento das metas de cooperação federativa e estaduais do Progestão. A reunião serviu tanto para o planejamento futuro de ações quanto para a elaboração da planilha que subsidiará a elaboração do Formulário de Autoavaliação que será encaminhado para análise e aprovação pelo CERH-ES.

30. Avalia-se como positiva a realização da visita de acompanhamento, sendo uma oportunidade para identificação de desafios e possibilidades de avanços e melhorias.

Atenciosamente,

(assinado eletronicamente)
NEY ALBERT MURTHA
Gestor do Contrato nº 044/ANA/2014
Portaria ANA nº 275, de 14 de julho de 2015

De acordo. À SAS para conhecimento.

(assinado eletronicamente)
LUDMILA ALVES RODRIGUES
Coordenadora de Apoio à Articulação com o Poder Público

Ciente, para anexar ao processo.

(assinado eletronicamente)
CARLOS MOTTA NUNES
Superintendente Adjunto de Apoio ao Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos